



# Câmara Municipal de Aracruz/ES

## CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016



## Procurador Legislativo

### Tarde ÚNICO

Organizadora:



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**01**

**Nos termos da Constituição, considerando que o município de Aracruz/ES pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):**

- A) Justiça Federal. C) Supremo Tribunal Federal.  
B) Justiça comum. D) Superior Tribunal de Justiça.

**02**

**“Nos termos da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, por \_\_\_\_\_ dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.**

- A) pelo Senado Federal / um turno / três quintos  
B) pelo Senado Federal / dois turnos / três quintos  
C) em cada Casa do Congresso Nacional / dois turnos / dois terços  
D) em cada Casa do Congresso Nacional / dois turnos / três quintos

**03**

**Nos termos do que dispõe a Constituição Federal quanto à fiscalização do ente federativo local, o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito do município de Aracruz/ES deve anualmente prestar, deixará de prevalecer por decisão:**

- A) Do Conselho Municipal de fiscalização das contas públicas.  
B) De dois terços dos membros da Câmara Municipal de Aracruz/ES.  
C) Do Ministério Público Estadual de crimes praticados por prefeitos.  
D) De um terço dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

**04**

**Considere que o Presidente da Câmara Municipal de Aracruz/ES tenha consultado a procuradoria do órgão quanto a possibilidade de se obter um empréstimo junto ao Banco Central, para fins de custear obra pública de infraestrutura urbana. Na condição de Procurador da Câmara, o parecer será no sentido de que a Constituição Federal**

- A) vede ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.  
B) exija que o limite de endividamento do Município deva ser previamente aprovado pela Câmara Municipal para fins de posterior obtenção do referido empréstimo.  
C) estabeleça a competência privativa do chefe do poder executivo para o requerimento de empréstimo junto ao Banco central, após aprovação de dois terços dos vereadores.  
D) autorize ao Banco Central a realização de operações de crédito direto com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desde que seja estabelecido mediante convênio.

**05**

**Considere que o Chefe do Executivo tenha apresentado Projeto de Lei à Câmara Municipal de Aracruz/ES propondo a qualificação das secretarias municipais como Agências Executivas. Nos termos das normas constitucionais vigentes relativas à Administração Pública, assinale a afirmativa correta.**

- A) A Constituição restringe a celebração de acordo de resultados ao âmbito da União, Estados e Distrito Federal, tendo excluído o Município de tal possibilidade.  
B) É vedada a transformação de secretarias municipais em agências executivas, posto que a Constituição somente permite celebrar contratos de gestão com autarquias.  
C) A criação de agências executivas independe de projeto de lei e consoma-se por meio de contrato de gestão, sendo vedado ampliar a autonomia orçamentária e financeira dos órgãos.  
D) O projeto de lei deverá dispor, dentre outros pontos, sobre os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes das referidas secretarias municipais.

**06**

Considere que um servidor público efetivo da Câmara Municipal de Aracruz/ES receba remuneração mensal no valor de R\$ 1.500,00 composta de: 1) R\$ 1.000,00 (vencimento básico); 2) R\$ 200,00 (relativos a dois quinquênios); 3) R\$ 300,00 (adicional de produtividade). Baseado estritamente no que dispõe a Constituição Federal relativamente aos acréscimos pecuniários devidos aos servidores públicos, supondo que o servidor faça jus ao terceiro quinquênio, pode-se deduzir que a próxima remuneração do servidor será de:

- A) R\$ 1.600,00.                                      B) R\$ 1.620,00.                                      C) R\$ 1.630,00.                                      D) R\$ 1.650,00.

**07**

Conforme dispõe a Constituição Federal, relativamente à aposentadoria dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo de professor do ensino infantil, em exercício de função de magistério, marque a hipótese em que as condições mínimas de aposentação estão corretamente indicadas.

- A) Professor, 5 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 30 anos de magistério e 60 anos de idade.  
B) Professora, 5 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 25 anos de magistério e 50 anos de idade.  
C) Professor, 10 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 30 anos de magistério e 55 anos de idade.  
D) Professora, 10 anos de serviço público, 5 anos de cargo efetivo, 25 anos de magistério e 55 anos de idade.

**08**

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, quanto aos fenômenos da desconcentração e da descentralização, assinale a afirmativa correta.

- A) A delegação de serviços ao particular tanto ocorre por desconcentração quando por descentralização, a depender do modelo de gestão adotado pelo Poder Público.  
B) O processo de descentralização por meio de outorga sempre pressupõe a existência de lei, seja para criar, seja para autorizar a criação de entidades da administração indireta.  
C) A desconcentração afasta o poder de autotutela da Administração, fazendo com que as entidades passem a sujeitar-se apenas ao controle finalístico da Administração Direta.  
D) Desde a Constituição Federal de 1988 o termo “desconcentração” a que fazia alusão o Decreto-lei nº 200/67 deixou de existir, tendo sido substituído pelos atuais modelos de “descentralização”.

**09**

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, quanto às entidades que atuam paralelamente ao Estado, é correto afirmar que

- A) o credenciamento de organizações não governamentais para fins de repasse de recursos públicos ocorre por meio do instrumento de consórcio público.  
B) as organizações sociais firmam termos de parceria com o poder público, instrumento pelo qual assumem a gestão de determinados serviços públicos não lucrativos.  
C) conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a OAB e demais Conselhos de Classe são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública Indireta.  
D) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos e, portanto, não integram o rol de entidades da Administração Pública Indireta.

**10**

Assinale a alternativa que apresenta um poder de polícia municipal.

- A) Expedição de instrução normativa.  
B) Concessão de alvará de localização.  
C) Demissão de servidor público em abandono de cargo.  
D) Aplicação de advertência a contratado administrativo.

**11**

Considere que a Câmara Municipal de Aracruz/ES pretende realizar licitação para o registro de preços de serviço comum de reprografia de documentos estimado no valor de R\$ 630.000,00. Assinale, a seguir, a modalidade cabível para a hipótese.

- A) Pregão, apenas.                                      C) Concorrência e pregão.  
B) Concorrência, apenas.                                      D) Tomada de preços e concorrência.

**12**

**Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, são princípios aplicáveis à Administração Pública que equivalem entre si, EXCETO:**

- A) Eficiência / efetividade. C) Impessoalidade / finalidade.  
B) Moralidade / probidade. D) Razoabilidade / proporcionalidade.

**13**

**Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, o termo administração pública pode ser entendido em seu sentido formal e material. Quanto ao tema, assinale a afirmativa correta.**

- A) O sentido formal, também chamado de funcional, corresponde à atividade administrativa desempenhada pelo poder público.  
B) O sentido material, também denominado objetivo, refere-se à administração pública enquanto atividade administrativa.  
C) A distinção de administração pública no sentido objetivo e subjetivo reflete uma atual concepção doutrinária, surgida a partir de 1990.  
D) A prestação de serviços públicos, o fomento de pesquisas e a gestão dos bens públicos compreendem à administração pública em seu sentido orgânico.

**14**

**Considere que, em uma escola pública do município de Aracruz/ES, um estudante tenha sido apenado com cinco dias de suspensão por desrespeito às normas de conduta escolar. Na hipótese, a sanção apresentada representa exercício do poder administrativo**

- A) de polícia. B) disciplinar. C) normativo. D) hierárquico.

**15**

**Quanto aos elementos de validade do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O elemento “motivo” do ato administrativo também pode ser denominado “fundamento” do ato e não se confunde com o termo “motivação”.  
B) O elemento “finalidade” do ato administrativo corresponde ao atendimento do interesse público, neste sentido, é análogo ao princípio da impessoalidade.  
C) Quando um ato administrativo é praticado por agente subordinado àquele que detém a atribuição funcional, diz-se que o ato sofre de vício de “capacidade”.  
D) Nos atos discricionários, a “competência”, a “forma” e a “finalidade” são vinculadas, já que para estes elementos não há escolha de conveniência ou oportunidade.

**16**

**“Considere que um servidor ocupante de cargo comissionado tenha sido exonerado a pedido, sendo posteriormente condenado à pena de destituição pela prática de falta disciplinar grave.” Na hipótese, para transformar o ato de exoneração em ato de destituição, a Administração Pública deve valer-se do instituto da**

- A) cassação. B) conversão. C) caducidade. D) convalidação.

**17**

**Nos termos das formas gerais de provimento de cargo público, marque aquela que, por raciocínio lógico, promova a vacância simultânea de outro cargo público.**

- A) Promoção. B) Nomeação. C) Reintegração. D) Aproveitamento.

**18**

**Determinado agente público da Câmara Municipal de Aracruz/ES integra o polo passivo de processo de improbidade administrativa pela prática de ilícito que configura prejuízo ao erário. Na peça de defesa, o advogado do réu propôs acordo consistente no ressarcimento de todos os prejuízos condicionado à retirada da ação contra seu cliente. Na condição de Procurador da Câmara, a manifestação cabível é no sentido de que**

- A) a Lei de Improbidade Administrativa veda a hipótese de transação, conciliação ou acordos.  
B) a pretensão do réu só pode ser acatada mediante resolução do Presidente da Câmara Municipal.  
C) a Lei só permite acordos na hipótese de atentado aos princípios em que não haja configurado dano.  
D) a Lei permite acordos apenas em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

**19**

**Quanto ao tema responsabilidade dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta.**

- A) A responsabilidade civil, também designada de improbidade administrativa, implica a ocorrência de dano aos cofres públicos.
- B) A ação de ressarcimento aos cofres públicos, bem como a ação penal por crime contra a Administração Pública, é imprescritível.
- C) O agente público tem responsabilidade objetiva pelos danos que causar a terceiros, no exercício irregular de suas atribuições funcionais.
- D) O servidor público pode ser absolvido em processo penal a despeito de condenado em processo administrativo que importe o mesmo fato delituoso.

**20**

**Considere que a Câmara Municipal de Aracruz/ES tenha publicado edital de licitação na modalidade de Pregão para a aquisição de equipamentos de especificação usual no mercado. Participam do certame as empresas Vênus, Marte, Júpiter, Saturno e Plutão. Observando o quadro a seguir, que contém as propostas iniciais de cada uma, podem participar da etapa de lances as empresas:**

Licitante	Proposta Inicial
Vênus	R\$ 1.200,00
Marte	R\$ 1.250,00
Júpiter	R\$ 1.340,00
Saturno	R\$ 1.420,00
Plutão	R\$ 1.310,00

- A) Vênus e Marte, apenas.
- B) Vênus, Marte e Plutão, apenas.
- C) Vênus, Marte, Júpiter e Plutão, apenas.
- D) Vênus, Marte, Júpiter, Saturno e Plutão.

**21**

**A modalidade de contratação, prevista no Regime Diferenciado de Contratação – RDC, que objetiva a inovação tecnológica e cujo objeto abrange a própria elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, denomina-se**

- A) contratação global.
- B) contrato de eficiência.
- C) contratação integrada.
- D) contrato por preço global.

**22**

**“Dentre as formas de intervenção na propriedade, destacam-se as limitações administrativas que afetam a característica \_\_\_\_\_ da propriedade.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- A) relativa
- B) objetiva
- C) absoluta
- D) exclusiva

**23**

**Nos termos do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta classifica-se como bem**

- A) móvel.
- B) imóvel.
- C) público.
- D) irrenunciável.

**24**

**Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto ao direito das obrigações, é INCORRETO afirmar que**

- A) na obrigação de dar coisa incerta, esta prescinde de indicação de gênero e quantidade.
- B) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- C) não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- D) se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.

**25**

**Considere que um servidor público tenha adquirido um bem público que estava sob sua administração. Nos termos do Código Civil brasileiro, o referido contrato é**

- A) nulo.
- B) válido se adquirido em hasta pública.
- C) válido se a administração do bem era direta.
- D) válido se a administração do bem era indireta.

**26**

**O Novo Código de Processo Civil aborda, expressamente, sobre alguns princípios a serem aplicados ao processo como resultado do modelo constitucional de processo civil. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) É permitida a arbitragem, na forma da lei.
- B) Expressamente o Código limita a exigência de atuar com boa-fé ao juiz, às partes, aos advogados e aos membros do Ministério Público.
- C) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- D) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

**Leia o trecho a seguir para responder às questões 27 e 28.**

“O Novo Código de Processo Civil estabelece que os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.”

**27**

**De acordo com o exposto, NÃO estão excluídos desta regra:**

- A) O julgamento de agravo de instrumento.
- B) O julgamento de embargos de declaração.
- C) O julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.
- D) A decisão que verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

**28**

**Analise as afirmativas a seguir.**

- I. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.
- II. Após elaboração de lista própria, respeitar-se-á a ordem cronológica das conclusões entre as preferências legais.
- III. Após a inclusão do processo na lista de que trata a afirmativa I, o requerimento formulado pela parte não altera a ordem cronológica para a decisão, exceto quando implicar a reabertura da instrução ou a conversão do julgamento em diligência.

**Estão corretas as afirmativas**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**29**

**Sobre o tratamento que o Novo Código de Processo Civil dá à aplicação das normas processuais, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- II. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- III. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas conjuntamente.

**Estão corretas as afirmativas**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**30**

**Segundo o Novo Código de Processo Civil, tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, EXCETO as ações:**

- A) De recuperação judicial.
- B) De acidente automobilístico.
- C) De indenização por dano moral.
- D) Que envolvam questões empresariais.

**31**

**Sobre o tratamento que o Novo Código de Processo Civil dá à Jurisdição e à Ação, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- B) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Novo Código de Processo Civil.
- C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração: da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; ou da autenticidade ou da falsidade de documento.
- D) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

**32**

**De acordo com o Novo Código de Processo Civil, compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:**

- A) Processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- B) Processar e julgar as ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- C) Julgar as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; ou o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos.
- D) Em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

**33**

**Segundo o Novo Código de Processo Civil, a cooperação jurídica internacional NÃO terá por objeto:**

- A) Homologação e cumprimento de decisão.
- B) Concessão de medida judicial de urgência.
- C) Citação, intimação e notificação judicial e extrajudicial.
- D) Medida processual, mesmo que proibida pela lei brasileira.

**34**

**Sobre o tema Competência no Novo Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- B) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- C) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- D) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis o autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.

**35**

**Sobre o tema “conexão”, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- C) Não se aplicam as regras de conexão à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.
- D) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

**36**

**NÃO se refere a uma hipótese em que é possível ao juiz retratar-se da decisão proferida:**

- A) Quando houver apelação em sentença que decreta a interdição.
- B) Quando houver apelação contra o indeferimento da petição inicial.
- C) Quando houver apelação contra o julgamento de improcedência liminar do pedido.
- D) Quando houver apelação contra o julgamento de improcedência liminar do pedido pela decadência.

**37**

**Sobre o tema “honorários advocatícios”, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.
- B) Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.
- C) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, mesmo que não tenha sido impugnada.
- D) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

**38**

**Estabelece o Novo Código de Processo Civil que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. A gratuidade da justiça NÃO compreende:**

- A) As taxas ou as custas judiciais.
- B) Multas processuais que lhe sejam impostas.
- C) As despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais.
- D) A indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse.

**39**

**No tocante ao tratamento que o Novo Código de Processo Civil dá ao tema Ônus da Prova, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Há previsão expressa de distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juiz.
- B) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- C) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- D) As partes podem distribuir o ônus da prova de maneira diversa da prevista em lei, desde que a convenção das partes ocorra antes do processo.

**40**

**“Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de \_\_\_\_\_ dias.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- A) 10
- B) 15
- C) 30
- D) 60

**41**

**Sobre os conciliadores e mediadores, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Admite-se a aplicação de técnicas negociais, com o objetivo de proporcionar ambiente favorável à autocomposição.
- B) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação.
- C) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, exceto no que diz respeito à definição das regras procedimentais.
- D) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

**42**

**Sobre o tema legislação tributária, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- B) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- C) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais desfavorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
- D) A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.



**43**

**De acordo com o Novo Código de Processo Civil, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para algumas ações. Assinale a afirmativa que NÃO contemple uma das referidas hipóteses.**

- A) Ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- B) Ação resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- C) Ação que verse sobre direito real imobiliário, mesmo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- D) Ação que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

**44**

**Pode(m) instituir empréstimos compulsórios apenas:**

- A) A União.
- B) Os Estados.
- C) A União e os Estados.
- D) A União, os Estados e os Municípios.

**45**

**Segundo o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:**

- A) Os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia; e, a equidade.
- B) Os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a analogia; e, a equidade.
- C) A analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e, a equidade.
- D) Os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade; e, a analogia.

**46**

**Sobre a solidariedade tributária, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A solidariedade tributária comporta benefício de ordem.
- B) De regra, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
- C) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- D) Salvo disposição de lei em contrário a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

**47**

**Ao tratar da capacidade tributária passivo, o Código Tributário Nacional estabelece que ela independe:**

- I. Da capacidade civil das pessoas naturais.
- II. De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- III. De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

**Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

**48**

**A Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, cuida da cobrança judicial da Dívida Ativa. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
- B) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, não abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- C) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- D) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

**49**

**Lei Tributária dispendo sobre suspensão do crédito tributário deverá ser interpretada:**

- A) Literalmente.                      B) Restritivamente.                      C) Analogicamente.                      D) Extensivamente.

**50**

**Sobre os embargos à execução prevista na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.  
B) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.  
C) No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.  
D) Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída da elaboração de 1 (uma) peça processual.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração da peça processual e ainda a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ter a extensão máxima de 150 (cento e cinquenta) linhas para o texto. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- A Prova Discursiva terá o valor de 100 (cem) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	
<b>Aspectos Formais e Aspectos Textuais</b>	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	<b>40 pontos</b>
<b>Aspectos Técnicos</b>	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	<b>60 pontos</b>
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>		<b>100 pontos</b>

Caso hipotético: “O Prefeito do Município ‘X’ (população de 90.000 habitantes) editou o Decreto nº 1.234, datado de 02 de outubro de 2016, pelo qual estabeleceu o seguinte: ‘Considerando a redução da arrecadação dos impostos no ano corrente; considerando que a despesa de pessoal do Município encontra-se no limite prudencial estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando que a Câmara Municipal é órgão público subordinado à hierarquia organizacional do ente federativo, decreto: Art. 1º – A despeito do disposto na Lei Orçamentária Anual, o duodécimo será repassado à casa legislativa em duas parcelas, respectivamente nos dias 15 e 30 do mês, no percentual reduzido de 7% para 6%. Art. 2º – Esta lei entra em vigência imediata.’”

**Na qualidade de procurador do Poder Legislativo do Município “X”, redija a peça processual cabível, para defender o interesse institucional, líquido e certo, da Câmara de Vereadores. Considere a propositura da ação na presente data. Fundamente o pedido, exclusivamente, no texto constitucional vigente. (É vedado assinar a peça, inventar nomes ou quaisquer dados fictícios que possam identificar o candidato. Usar apenas reticências “...” para referir-se a quaisquer dados ausentes.) Apresente: endereçamento, réu, autor, qualificação, identificação da peça processual, tempestividade, fundamentos jurídicos, pedidos, requerimentos.**

PEÇA PROCESSUAL

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

**CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES**

34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES

68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	

**CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES**

102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	

**CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES**

136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	









## INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e etc.
3. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
4. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
5. A duração da prova é de 5 (cinco) horas para o cargo de Procurador Legislativo e 4 (quatro) horas para os demais cargos, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folhas de Texto Definitivo (somente para o cargo de Procurador Legislativo).
6. Com vistas à garantia da segurança e integridade desse certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
7. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões para os cargos de Nível Superior e Nível Médio, exceto para o cargo de Procurador Legislativo que consta de 50 (cinquenta) questões. Leia-o atentamente.
8. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
9. Será aplicada prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório, somente para o cargo de Procurador Legislativo, constituída da elaboração de **1 (uma) peça processual**.
10. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folhas de Texto Definitivo (somente para o cargo de Procurador Legislativo) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
11. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
12. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.